

Ministros apostam ^{Congresso} tudo na maioria

Givaldo Barbosa

A palavra do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, empenhada diante de representantes da comunidade financeira internacional, e o cargo do secretário de Governo, Jorge Bornhausen, estão em jogo no plenário do Congresso Nacional a partir de agora. Nos dois meses e meio que faltam para o início das férias dos deputados e senadores, Marcílio espera que a reforma ministerial garanta votos para aprovar uma reforma fiscal e projetos de "modernização" da economia. Bornhausen já disse que deixa o cargo se não reunir, até junho, a maioria de votos no plenário para os projetos do Governo. "É uma aposta de alto risco", admitem parlamentares governistas.

O ministro responsável pela articulação política preparou uma lista de 17 projetos de lei considerados prioritários pelo Governo. Está lá o projeto de propriedade industrial, enviado pelo presidente Fernando Collor ao Congresso um ano atrás, junto com um pedido de urgência para a votação. Na semana passada, em Washington, a aprovação do projeto foi garantida pelo ministro Marcílio Marques Moreira à representante do Departamento de Comércio Americano, Carla Hills, como resultado da abertura do Governo aos políticos. Embora diga que o não-reconhecimento das patentes é um ponto "sensível" nas relações externas do País, o líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), não está tão otimista quanto o ministro. "Precisamos aprofundar os entendimentos", alega o líder. "A matéria ainda está verde".

Pirataria

"O projeto é polêmico e complexo", confirma o presidente da comissão especial que analisa a proposta, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). A comissão ignora a pressa do Governo e já registrou pressões contrárias ao projeto, vindas principalmente de setores da igreja, de representantes da indústria brasileira de química fina e de produtos farmacêuticos. "Continuamos na situação pouco confortável de fazer pirataria", constata o líder Marco Maciel, preocupado com o destino do projeto.

"Ele é o passaporte do Brasil para o Primeiro Mundo", acredita o presidente do Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial, Paulo Afonso Pereira, um dos autores do projeto apresentado ao Congresso



Bornhausen diz que renuncia se não reunir a maioria dos votos

em meio a ameaças de retaliações comerciais.

O projeto da propriedade industrial não é o único ponto polêmico da lista que o ministro Jorge Bornhausen vai usar como roteiro das negociações com os parlamentares. O ministro confia, porém, na simpatia de setores da oposição por alguns projetos para aprovar, por exemplo, a exploração, pela iniciativa privada, mediante concessão, de serviços públicos. O projeto, listado entre as prioridades do Governo, foi apresentado pelo líder tucano, senador Fernando Henrique Cardoso (SP).

Bornhausen também pretende cobrar um compromisso assumido pelo presidente do PMDB, Orestes Quércia, durante a negociação do projeto de rolagem da dívida dos Estados, no final do ano passado. Na ocasião, Quércia garantiu que a bancada discutiria a criação de um imposto sobre combustíveis destinado à conservação das estradas e de uma taxa a ser cobrada dos mutuários sobre o saldo devedor do Sistema Financeiro da Habitação.

As propostas fazem parte de uma emenda constitucional, que precisa dos votos de 302 deputados e 41 senadores para ser aprovada — o quorum de três quintos do Congresso exigido para aprovação de emenda constitucional. As emendas são o principal desafio da missão delegada pelo presidente Collor ao novo articulador político e incluem temas ainda mais explosivos, como a suspensão do monopólio estatal sobre o refino do petróleo.

Sem conseguir reunir na base governista a maioria dos votos da Câmara e do Senado, Bornhausen ainda enfrenta a oposição de aliados governistas. É o que acontece no projeto de modernização dos portos. Ele enfrenta, há mais de um ano, a oposição declarada do deputado Gastone Righi (PTB-SP), cujo voto é computado na base governista. "Temos que entender os motivos do deputado, que defende o corporativismo dos portuários", justifica o ministro dos Transportes, Affonso Camargo, principal avalista da adesão do PTB ao Governo.